

## Defensoria de Minas Gerais celebra convênio com Ministério da Justiça para desenvolver projeto de proteção integral a crianças e adolescentes

Com o nome “Escola de Convivência Familiar”, iniciativa pretende diminuir a necessidade de acolhimento institucional ou internações por ato infracional

PÁGINA 2

### Mutirão das Famílias no formato virtual faz 220 atendimentos e alcança índice de 72,5% de acordos em Ponte Nova

Realizado no formato virtual pela unidade da Defensoria Pública de Minas Gerais em Ponte Nova, entre os dias 3 e 31 de maio, o Mutirão das Famílias fez 220 atendimentos e obteve acordos extrajudiciais em 72,5% dos casos.

O Mutirão das Famílias é uma ação extrajudicial da DPMG voltada a pessoas hipossuficientes interessadas em resolver questões relativas à área de Família, como reconhecimento e dissolução da união estável, divórcio, pensão alimentícia, guarda de filhos, entre outros.

A edição, que aconteceu virtualmente devido à pandemia de Covid-19, teve atuação das defensoras públicas Cassia Augusta Amaral e Fernanda de Sousa Saraiva. Com um alto índice de acordo, o mutirão registrou 80 sessões de conciliação, das quais 58 resultaram em acordo.

[Leia a matéria na íntegra](#)



### Projeto da Defensoria mineira, “Caminho para o Recomeço” se aproxima do fim beneficiando cerca de 3 mil pessoas

Ação social acolheu famílias em situação de vulnerabilidade do município de Conselheiro Lafaiete com arrecadação de alimentos, roupas e produtos de higiene e limpeza.

PÁGINA 3

## Defensoria mineira apresenta no Expojud inovações tecnológicas para o atendimento ao cidadão

PÁGINA 7

## DPMG integra programa de acolhimento e atendimento a mães e gestantes que desejam entregar seu filho para adoção

PÁGINA 2

CORONAVÍRUS • COVID-19

**Expediente e atendimentos presenciais na DPMG suspensos temporariamente**

**Veja aqui os canais de atendimento remoto e as Resoluções Conjuntas 002 e 006/2021**

### AINDA NESTA EDIÇÃO

- Ações em destaque [PÁGINAS 2 a 7](#)
- **DPMG participa de reunião do CNJ para buscar soluções para demandas no caso de Mariana** [PÁG. 5](#)
- Na mídia [PÁGINAS 4, 6, 7 e 9](#)
- Mundo oficial [PÁGINA 8](#)
- Escola Superior [PÁGINAS 9 e 11](#)
- Procedimentos e comunicados internos [PÁGINAS 12 e 13](#)

## AÇÕES EM DESTAQUE

### **Defensoria de Minas Gerais celebra convênio com Ministério da Justiça para desenvolver projeto de proteção integral a crianças e adolescentes**

Apesar dos avanços, o processo de evolução da sociedade brasileira tem ainda um extenso caminho a percorrer na defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

Uma das grandes fragilidades é a prática frequente de institucionalização, que se tornou usual e recorrente, em oposição às recomendações técnico-científicas de fortalecimento da família e das relações familiares. A proteção integral a crianças e adolescentes implica cuidados com os núcleos familiares que integram.

Com este propósito, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) firmou convênio com o Ministério da Justiça e Segurança Pública para desenvolvimento e execução do projeto “Escola de Convivência Familiar”, idealizado pela Defensoria Pública Especializada dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (DEDICA– Cível).

O projeto tem por objetivo a melhoria das relações familiares e sociais, de modo a promover a proteção integral de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, auxiliando as famílias a fortalecer os vínculos familiares e comunitários.

A iniciativa espera contribuir para a diminuição da necessidade de acolhimento institucional ou internações por ato infracional, bem como para o aumento do sucesso nas reintegrações familiares. A intenção é a melhoria das relações familiares e sociais, de modo a pro-

mover a proteção integral de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Para isso, o “Escola de Convivência Familiar” vai oferecer exposições teóricas, orientações, dinâmicas, terapia de grupo ou grupos de apoio, utilizando-se de técnicas da psicologia, pedagogia e neurociências, além de ferramentas como a mediação e constelação familiar.

As ações do projeto visam auxiliar a família a alcançar o desenvolvimento pleno das crianças nas diversas faixas etárias. Para isso, serão fornecidas orientações sobre como lidar com o comportamento das crianças, técnicas de estimulação positiva, superação de conflitos familiares, violência física, psicológica ou sexual contra a criança, negligência, higiene, mendicância, hábitos e costumes saudáveis, participação dos pais na vida escolar e o fortalecimento dos vínculos afetivos.

A iniciativa, que integra o programa de educação em direitos da Escola Superior da DPMG (Esdep), será coordenada pela DEDICA-Cível/BH, em conjunto com o Setor Psicossocial da Defensoria, e com o apoio da Coopro – Coordenação de Projetos, Convênios e Parcerias, da DPMG, e da Escola.

O convênio, que tem amparo na Lei nº 13.955 de 16 de dezembro de 2019, está registrado na Plataforma +Brasil.

[Leia a matéria na íntegra](#)

### **DPMG integra programa de acolhimento e atendimento a mães e gestantes que desejam entregar seu filho para adoção**

*Nomeado MariAnas, projeto tem o objetivo de aliar a proteção da criança ao direito da mulher de exercer ou não a maternagem*

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) é uma das instituições participantes do Programa MariAnas, que está sendo desenvolvido em Sete Lagoas, em conjunto com outros órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. O objetivo principal é proporcionar atendimento adequado às gestantes e puérperas do município de Sete Lagoas que manifestem interesse na entrega de sua criança para adoção. A intenção é criar condições para que elas possam tomar uma decisão consciente e responsável, seja de permanecer com a criança no exercício da maternagem, ou de, efetivamente, entregá-la para adoção na forma legal.

Para tanto, foi firmado Termo de Cooperação Intersetorial entre a DPMG, por meio da Defensoria dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes em Sete Lagoas; o Município de Sete Lagoas, por meio da Secretaria de Assistência Social de Direitos Humanos e da Secretaria de Saúde; o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, por meio da 1ª Vara Criminal e da Infância e da Juventude da comarca; o Ministério Público estadual, por meio da 10ª Promotoria de Justiça da comarca; e a Irmandade de Nossa Senhora das Graças. O Termo prevê a união de esforços e o desenvolvimento de ações articuladas para desenvolvimento do programa em Sete Lagoas, como política de acolhimento adequado e humanizado às gestantes e puérperas.

*continua na página 3 >>*

## AÇÕES EM DESTAQUE

>> *Continuação da página 2*

### **DPMG integra programa de acolhimento e atendimento a mães e gestantes ...**

A finalidade é assegurar que a decisão seja consciente e responsável, em favor da garantia do direito à convivência familiar da criança, em conformidade com o que prevê a Lei Federal nº 12.010/2009, que alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A lei reconheceu como direito a entrega voluntária, que é a possibilidade de a mulher entregar, espontaneamente, de forma legal e segura, sua criança a terceiros, da família extensa ou adotiva, garantindo-lhe o exercício dos direitos à vida e à convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.

Essa possibilidade impede que crianças sejam vítimas de aborto, infanticídio, abandono, maus-tratos, entrega ilegal, comércio e tráfico de crianças e de órgãos.

A defensora pública Danielle Frões Soares dos Santos, que atua na Defensoria dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes em Sete Lagoas e representa a DPMG na iniciativa, explica que o Programa MariAnas atende as mulheres gestantes e puérperas de Sete Lagoas, porém, os casos de entrega voluntária também podem ser

atendidos nas demais comarcas de Minas Gerais nas Varas da Infância e Juventude, na Defensoria Pública e nos demais órgãos do sistema de garantias da criança e do adolescente.

**Rede de Acolhida** – Conforme o Termo de Cooperação, as instituições participantes formam a Rede de Acolhida Assistencial e Jurídica e o Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI), responsáveis pelo desenvolvimento do programa e das ações por ele desencadeadas.

As instituições também são responsáveis pela divulgação do direito à entrega voluntária e da obrigatoriedade de encaminhamento da gestante ou puérpera à Vara da Infância e da Juventude. E ainda pela capacitação inicial e continuada dos seus profissionais, voltada ao conhecimento do direito e ao adequado atendimento das mulheres.

Também fazem parte do programa os Conselhos Tutelares, a Secretaria Municipal de Educação e as instituições de acolhimento da rede municipal de Sete Lagoas.

[Leia a matéria na íntegra](#)

## CAMPANHAS DE SOLIDARIEDADE

### **Campanha solidária da Defensoria Pública do Estado contempla cerca de 200 famílias vulneráveis em Patos de Minas**

Quase 200 famílias de Patos de Minas, na região do Triângulo Mineiro, foram beneficiadas com a “Campanha Solidária em Prol da Dignidade Humana – E você, fez a sua parte?”, promovida pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG). A iniciativa buscou reduzir os impactos da pandemia de Covid-19 na subsistência de famílias economicamente vulneráveis do município.

A campanha foi realizada no período de 7 de maio a 15 de junho.

Concentradas na Unidade da DPMG em Patos de Minas, as arrecadações contaram com a doação de alimentos, agasalhos e itens de higiene pessoal.

Foram parceiros da iniciativa Sicoob Jus-MP, Super Cesta Básica de Alimentos, Comunidade Viva sem Fome, Mesa Brasil Sesc, Banho de Amor e ECR Agronegócios, além de moradores da cidade.

A Defensoria Pública fez a entrega das doações às famílias semanalmente, na medida em que foram arrecadadas. Para receber as doações, as famílias em situação de vulnerabilidade da comarca fizeram o cadastra-



*Registro de uma das entregas feitas às famílias*

mento na unidade da Defensoria Pública em Patos de Minas. Foram beneficiadas também as famílias cadastradas na Casa da Sopa Tia Euzábia, entidade filantrópica que desenvolve projetos da proteção social básica na comarca.

[Leia a matéria na íntegra](#)

## AÇÕES EM DESTAQUE • CAMPANHAS DE SOLIDARIEDADE

### Projeto da DPMG, “Caminho para o Recomeço” se aproxima do fim alcançando cerca de 3 mil pessoas

*Ação social acolheu famílias em situação de vulnerabilidade do município de Conselheiro Lafaiete com arrecadação de alimentos, roupas e produtos de higiene e limpeza*

Devido aos impactos causados pela pandemia de Covid-19, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) promoveu o projeto “Caminho para o Recomeço”, em Conselheiro Lafaiete, com o intuito de auxiliar as pessoas em situação de vulnerabilidade. A campanha de arrecadação de donativos, que teve início no dia 11 de maio de 2020, se encerra no dia 30 de junho próximo.

Com o apoio de parceiros como o Movimento Familiar Cristão, o projeto já acolheu em torno de 3.000 pessoas em situação de vulnerabilidade. Além disso, destacam-se também parceiros como Super Cesta Básica de Alimentos, Comunidade Viva sem Fome, Mesa Brasil SESC e Supermercados BH.

A ação, que inicialmente seria realizada durante um mês com a distribuição de cestas básicas para 45 famílias de pessoas assistidas pela Defensoria Pública, foi esten-

didada e permaneceu em vigência por 13 meses devido à adesão dos voluntários nas doações. Receberam auxílio, durante todo o projeto, famílias em situação de vulnerabilidade financeira e também as famílias de pessoas encarceradas ou egressas do sistema carcerário em Conselheiro Lafaiete.

Por meio do “Caminho para o Recomeço”, com gestão da defensora pública Isabela Salomão Silva (coordenadora da Regional Metalúrgica e local da DPMG), já foram entregues, até o início de junho, 456 cestas básicas. As entregas foram feitas mensalmente às famílias necessitadas do município. As doações serão recebidas até o dia 30 de junho na sede da Defensoria Pública em Conselheiro Lafaiete. Para aqueles que ainda têm interesse em ajudar, os números para contato telefônico, são (31) 3762-3847 e (31) 998455-2104.

### Defensoria de Minas em Januária é parceira em campanha de arrecadação de alimentos para famílias em situação de vulnerabilidade

A Defensoria Pública de Minas Gerais em Januária é parceira da ação “Alimente uma Vida. Sua Solidariedade é um Prato Cheio”. A campanha é realizada pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) da comarca para arrecadar cestas básicas. Os alimentos serão destinados às 700 famílias que se cadastraram no

Cejusc, em situação de vulnerabilidade acentuada pela pandemia da Covid-19 na comarca. Já foram distribuídas cerca de 300 cestas.

As doações podem ser entregues, **até o dia 31 de julho**, na sede da DPMG em Januária – Rua Coronel Serrão nº 43, Lj. 1 – Centro – das 8 às 17 horas.

### DPMG participa da Campanha #CalorHumano: “Distribua abraços, doe um agasalho”

A 7ª edição da campanha #CalorHumano, com o tema “Distribua abraços, doe um agasalho”, tem o objetivo de arrecadar roupas, cobertores e acessórios de inverno, em bom uso, para doar às entidades socioassistenciais que atendem idosos, pessoas em situação de rua, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social de Belo Horizonte e diversos municípios de Minas Gerais.

A campanha vai **até o dia 31 de agosto**.

Além da Defensoria Pública, diversos parceiros solidários se juntaram em uma grande mobilização social em prol de todos os mineiros que hoje estão com dificuldades de conseguir um agasalho. Neste ano serão disponibilizados, em Belo Horizonte, 27 pontos para recebimento da doação.

[Saiba mais informações e pontos de coleta aqui](#)



## NA MÍDIA

### CAMPANHA EM PATOS DE MINAS

**Campanha solidária da Defensoria Pública contempla cerca de 200 famílias vulneráveis**

[Portal Patos 1](#)

**Campanha solidária da Defensoria Pública contempla cerca de 200 famílias vulneráveis em Patos de Minas**

[Portal Patos em Destaque](#)

## AÇÕES EM DESTAQUE

### DPMG participa de reunião do CNJ para buscar soluções para demandas no caso da barragem de Fundão, em Mariana

O subdefensor público-geral Nikolas Stefany Macedo Katopodis participou de reunião do Observatório Nacional do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizada para criar condições para solucionar demandas no caso do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG). A reunião aconteceu na terça-feira (22/6) e foi presidida pelo presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux.

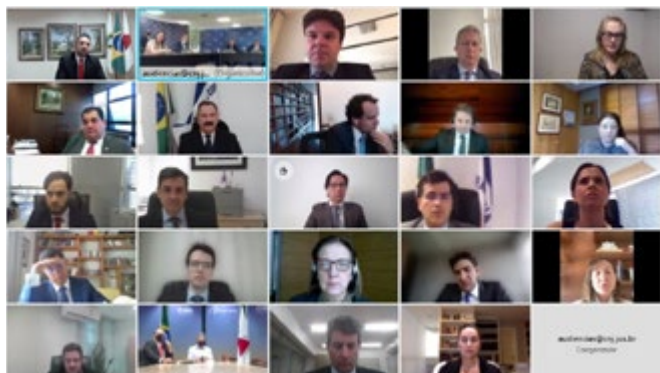
No encontro foi firmada uma carta de premissas indicando o caminho para uma repactuação entre os envolvidos no caso do rompimento da barragem de Fundão, o que poderá levar ao desfecho para reparação dos danos provocados pelo acidente ocorrido em

2015. A carta contém dez pontos, entre os quais a formulação de um acordo integral, definitivo e célere no prazo de 120 dias; cronograma de reuniões semanais para avaliação de 42 projetos socioeconômicos e ambientais relacionados ao rompimento da barragem; e suspensão temporária por 120 dias da ação civil pública de R\$ 155 bilhões sobre o tema. O documento estabelece também a continuidade de medidas reparativas durante o prazo de negociação do acordo; a não interrupção dos 42 projetos em andamento; e a permanência de colaboração entre as partes para que se busque uma solução.

Classificado como um caso de alto impacto e grande repercussão, o rompimento gerou um acervo de cerca de 85 mil processos tramitando na Justiça brasileira envolvendo as vítimas, a empresa Samarco e suas acionistas – as companhias Vale e australiana BHP Billiton –, a Fundação Renova, entidade responsável pela mobilização pela reparação dos danos causados pelo acidente, além de órgãos do Judiciário, dos governos de Minas Gerais e do Espírito Santo e de municípios de ambos os estados atingidos pelo acidente.

*Com informações do STF*

[Leia a matéria na íntegra](#)



### Defensoras públicas participam de audiência pública sobre violência obstétrica na Câmara Municipal de BH

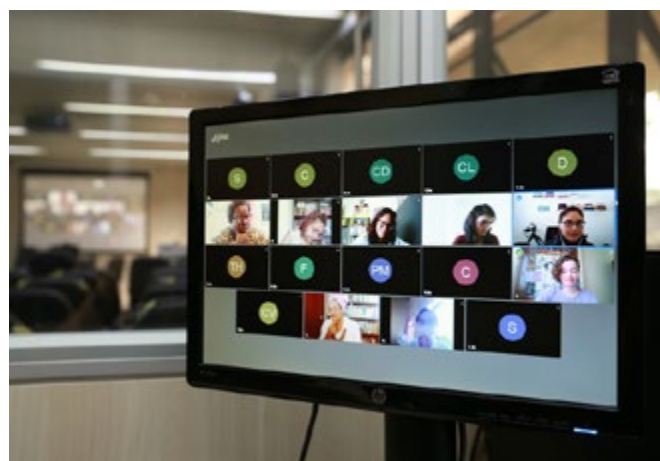
As defensoras públicas Flávia Marcelle Torres, coordenadora do Projeto Geração Legal, da Defensoria Pública de Minas Gerais, e Diana Fernandes de Moura, que atua na Defensoria Especializada na Defesa dos Direitos das Mulheres em Situação de Violência (Nudem/BH), participaram na sexta-feira (18/6) da audiência pública sobre Violência Obstétrica na Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH).

Diante do elevado número de casos de violência e mortalidade de gestantes e parturientes na capital mineira, o encontro foi solicitado pela vereadora Iza Lourença e promovido pela Comissão de Mulheres para debater boas práticas relacionadas ao enfrentamento da violência obstétrica em BH.

Durante a conversa, a defensora Flávia Marcelle, que busca atuar de forma preventiva e esclarecer para as mulheres situações de violência sofridas, salientou que a mulher não pode ser retirada da posição de detentora e protagonista de sua história.

A defensora pública Diana Moura afirmou que a violência obstétrica é pouco debatida, mas é mais uma das formas de violência às quais a mulher está sujeita, especificamente durante a gestação, o parto e o puerpério, que envolve violência física e psicológica.

[Leia a matéria na íntegra](#)



## AÇÕES EM DESTAQUE

### Defensora pública discute retorno das aulas presenciais com Associação de Municípios em Barbacena

A defensora pública estadual Darcilene da Consoção Neves Pereira, que atua na área de Família e dos Direitos da Crianças e dos Adolescentes em Barbacena, participou de reunião realizada pela Associação dos Municípios da Microrregião da Mantiqueira (AMMA) para debater a retomada das aulas presenciais e o fortalecimento dos municípios da região. O encontro aconteceu no dia 15 de junho.

O presidente da Associação Mineira dos Municípios (AMM) e vice-presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Julvan Lacerda, e os representantes do grupo “Escola Aberta” também estiveram presentes e se posicionaram a favor da volta das aulas presenciais.

A defensora pública registrou as responsabilidades dos prefeitos e prefeita presentes e fez um apelo para que os chefes do Executivo priorizem a educação. Segundo ela, a educação de qualidade é um direito dos alunos, o que inclui a merenda escolar.

Ao final da discussão, ficou decidido que haverá uma



O presidente da AMM, Julvan Lacerda, e a defensora pública Darcilene Pereira

reunião com os secretários de Educação para receber os protocolos e alinhar o retorno de acordo com a legislação. Serão ouvidas opiniões médicas e a sociedade.

**Ações judiciais** – A Defensoria Pública de Minas Gerais em Barbacena já ajuizou Ação Civil Pública, em face aos municípios que compõem a comarca, para garantir o retorno seguro e adequado às atividades presenciais nas escolas e a manutenção do serviço de alimentação suplementar, principalmente para alunos em situação de vulnerabilidade.

### Defensor público participa de reunião para debater retorno às aulas em Boa Esperança

O defensor público Rodrigo Parente Ferreira Dias, em atuação na comarca de Boa Esperança, participou na sexta-feira (18/06) de reunião com a secretária municipal de Educação do município, Betânia Alves Monteiro, e a diretora pedagógica do órgão, Sílvia Alves Pessoa. A reunião foi realizada para debater o cronograma do Município para o retorno às aulas presenciais nas escolas municipais e as medidas a serem adotadas para a segurança dos alunos.

O defensor público sugeriu o acompanhamento da Defensoria Pública de Minas na evolução do cronograma, a fim de que os alunos da rede municipal não sejam prejudicados. “A Defensoria Pública em Boa Esperança está empenhada em acompanhar o retorno das aulas na rede de ensino municipal, a fim de garantir a segurança, sem prejuízo para os alunos”, afirmou o defensor.



O defensor público Rodrigo Dias; a secretária de Educação, Betânia Alves Monteiro; e a diretora pedagógica Sílvia Alves

## NA MÍDIA

### VOLTA EM AULAS EM BH

**Impasse continua, e volta às aulas presenciais em BH fica distante**

[Portal Estado de Minas - 17/06/2021](#)

**BH pede mais prazo para definir se volta às aulas presenciais será com até 50% dos alunos por turma**

[Portal Hoje Em Dia - 18-06](#)

**Atividades presenciais estão permitidas para ensino fundamental, na segunda, em BH**

[MGTV 1ª edição - 19/06](#)

**Defensora pública fala sobre atuação da Defensoria no acompanhamento da volta às aulas em BH**

[Rádio Super - 22/06](#)

**Alunos do 4º a 9º ano da rede municipal em BH já têm data para voltar às aulas presenciais**

[TV Globo e G1 Minas - 24/06/2021](#)

**Aulas presenciais até o 5º ano em BH podem retornar a partir de 5 de julho**

[Portal O Tempo - 24/06/21](#)

*continua na página 7 >>*

## AÇÕES EM DESTAQUE

# Defensoria mineira apresenta no Expojud inovações tecnológicas para o atendimento ao cidadão

*Apresentação do 'Gerais' e do 'Fala Defensoria', entre outras ferramentas, aconteceu na feira virtual de tecnologia e inovação na área de Justiça*

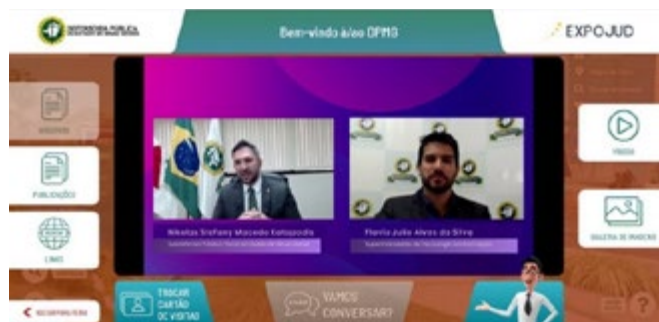
A Defensoria Pública de Minas Gerais é uma das expositoras da Expojud, encontro cujo objetivo é promover debates sobre inovação, tecnologia e direito no ecossistema de Justiça. Realizada 100% online, a iniciativa é voltada para líderes, pessoas da área de tecnologia, inovação e negócio, com a participação de órgãos de justiça, empresas de tecnologia e experts em direito e informática.

Em uma arena virtual em 3D, a feira apresentou cases sobre tecnologia, inovação e gestão das instituições de Justiça, cujo objetivo é melhorar os serviços prestados à sociedade.

Com o título “Transformação Digital da Defensoria Pública”, a DPMG apresentou algumas de suas novas ferramentas tecnológicas, como o ‘Gerais’ – Sistema de Gerenciamento Institucional –, criado e desenvolvido pela Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), para integrar as funcionalidades e os projetos que acontecem na Instituição de forma organizada e dinâmica.

Além de funcionalidades para o público externo, que aproximam mais ainda a Instituição de seus assistidos e facilitam o acesso aos serviços, a plataforma traz novidades, como sistema de segurança, despesa pessoal, sistema de gestão de produtividade e gestão de arquivo, entre outras, já com as adaptações necessárias para atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Em 2019, a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) da DPMG passou por um processo de remodelagem. De acordo com o subdefensor público-



*O subdefensor público-geral Nikolos Katopodis e o superintendente de TI, Flávio Alves, apresentaram, no stand virtual da Defensoria Pública, os produtos digitais desenvolvidos pela Instituição*

-geral de Minas Gerais, Nikolos Stefany Macedo Katopodis, em 2020 a pandemia de Covid-19 acelerou processo de transformação da DPMG do ponto de vista digital e também institucional. O primeiro desafio da Instituição foi oferecer celeridade nos atendimentos e disponibilidade de ferramentas tecnológicas, para que o cidadão pudesse ter acesso ao serviço prestado onde quer que ele estivesse.

De acordo com o superintendente da STI, Flávio Júlio Alves da Silva, para a implantação das plataformas a Defensoria de Minas passou, primeiro, por uma remodelagem da estrutura interna de redes, arquivos e também da visão estratégica de investimentos em tecnologia e em novas ferramentas. “Todo o banco de dados é criptografado, sendo armazenados de forma separada em servidores identificados”, informou.

[Leia a matéria na íntegra](#)

## NA MÍDIA

### VOLTA EM AULAS EM BH

**Escolas municipais de BH têm data de retorno para alunos até o 9º ano**

[Portal R7 - 24/06/2021](#)

**Data para retorno presencial de alunos até o 9º ano do Ensino Fundamental em BH é definida**

[Rádio Itatiaia - 24/06/2021](#)

**Aulas presenciais de alunos da rede pública em BH, do 4º ao 9º ano já têm data definida**

[Portal Hoje Em Dia - 24/06/2021](#)

**Prefeitura anuncia datas para volta de alunos do 4º ao 9º ano em julho e agosto**

[MGTV 2ª edição - 25/6](#)

**Alunos a partir do 4º ano do ensino fundamental estão ansiosos para a volta às aulas**

[MGTV 1ª edição - 25/6](#)

**Alunos do 4º ao 9º ano das escolas municipais de BH já têm data para retorno presencial**

[Bom Dia Minas - 25/06](#)

## MUNDO OFICIAL

### Subdefensor-geral prestigia solenidade de posse do presidente do TRE-MG

O subdefensor-geral de Minas Gerais Nikolas Stefany Macedo Katopodis representou a Defensoria Pública de Minas Gerais na solenidade de posse do presidente e vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral, eleitos para mandato de um ano. O evento ocorreu na sexta-feira (18/6), de forma virtual. Apenas os integrantes titulares da Corte estavam presentes.

O desembargador Marcos Lincoln dos Santos assumiu a presidência, sucedendo o desembargador Alexandre Victor de Carvalho, e o desembargador Maurício Soares, a vice-presidência e a Corregedoria Regional Eleitoral.

Em seu discurso de posse, o novo presidente do TRE exaltou a “seriedade e competência da Justiça Eleitoral Mineira, composta por 320 magistrados, 2.330 servidores e servidoras, 200 estagiários, terceirizados contratados na capital e interior”, estrutura que será necessária para enfrentar os desafios que virão.

Marcos Lincoln dos Santos discorreu, ainda, sobre o momento atual da política nacional, e destacou as preocupações com as questões que estão sendo discutidas, entre



outras: possibilidade de impressão do voto eletrônico; a reforma eleitoral e política, inclusive com um novo Código Eleitoral e um Código de Processo Eleitoral; necessidade de estimular a participação feminina; urgência de regras mais claras para a propaganda eleitoral pré-campanha; e as propostas de fortalecimento dos partidos políticos.

*Com informações do TRE-MG*

### Vereador de Betim conhece projeto voltado aos direitos das pessoas com deficiência

O vereador Rony Martins, de Betim, esteve na sede da Defensoria Pública de Minas Gerais em Belo Horizonte na sexta-feira (25/6) para conhecer o Projeto Inclusão Verde Mundo – Rede em Proteção, iniciativa extrajudicial da Instituição, que busca agregar em uma atuação mais ampla a estruturação da rede de proteção das pessoas com deficiência entre as instituições do Sistema de Justiça e outras instituições públicas ou privadas.

O vereador foi recebido pelos defensores públicos que estão à frente do projeto, Estevão Machado de Assis Carvalho, coordenador da Defensoria Especializada da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, e Luis Renato Braga Arêas Pinheiro, que atua na Defensoria de Tóxicos e Orga-

nização Criminosa e é coordenador adjunto da Comissão Especial dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep). O encontro contou com a participação do subdefensor público-geral do Estado, Nikolas Katopodis.

Na reunião foram vislumbradas possíveis parcerias em ações de conscientização de direitos destinadas à população de Betim e também às Instituições Públicas e Privadas do município. Também foi ventilada a possibilidade de auxílio técnico do Projeto Inclusão Verde Mundo em relação ao conteúdo das propostas de leis municipais com o tema afeto à pessoa com deficiência.



*Rony Martins estava acompanhado pela chefe de Gabinete Ana Mérica e pelos assessores Hudson Alves de Oliveira e Admilson Marcelino.*



*Vereador Rony Martins, o subdefensor público-geral Nikolas Katopodis e o defensor público Luis Renato Braga Arêas*

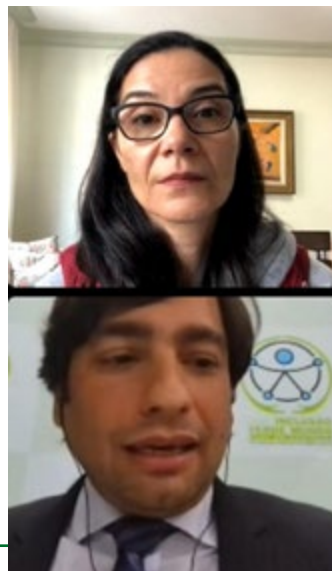


## NA MÍDIA

### Defensor público fala sobre direitos das pessoas com autismo em live do HD

O defensor público mineiro Luís Renato Arêas, coordenador adjunto da Comissão Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep), participou no domingo (20/6) de uma conversa virtual com a repórter Maria Amélia Ávila para o jornal *Hoje em Dia*.

Durante a live, o defensor público de Minas Gerais falou sobre o projeto Inclusão Verde Mundo – Rede em Proteção, iniciativa da DPMG para a integrar a assistência e garantir a proteção da pessoa com deficiência, e sobre a campanha “Autismo – discriminação é crime”. Ele explicou os direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista. A campanha, idealizada e produzida pelo artista plástico, cineasta e autista Ernane Alves, foi



lançada com o apoio da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e outros parceiros, com o objetivo de levar informação gratuita e acessível à sociedade brasileira sobre os direitos dos autistas e promover a neurodiversidade.

A live foi transmitida e salva no Instagram do jornal *Hoje em Dia*.

[Acesse aqui.](#)

### CASO UBER

**Uber é condenada a indenizar usuário vítima de LGBTfobia em R\$ 2 mil**

[Portal BHAZ - 18/06/2021](#)

**Justiça condena Uber a pagar indenização de R\$ 2 mil a usuário vítima de LGBTfobia em BH**

[G1 Minas - 18/06/2021](#)

**Uber é condenada a pagar R\$ 2 mil a passageiro vítima de LGBTfobia**

[Gazeta Web.com - 18/06/2021](#)

**Justiça condena Uber a pagar indenização de R\$ 2 mil a usuário vítima de LGBTfobia em BH**

[Portal Alagoas 24 horas - 18/06/2021](#)

**Uber é condenada após fala Homofóbica de motorista**

[FM Super Igarapé - 19/6](#)

**Uber é condenada a pagar indenização de R\$ 2 mil a usuário vítima de LGBTfobia**

[Portal Norte de Notícias](#)

**Uber é condenada a indenizar usuário vítima de LGBTfobia em R\$ 2 mil**

[Portal SeteLagoas Notícias - 20/06/21](#)

**Uber é condenada a indenizar usuário vítima de LGBTfobia em R\$ 2 mil**

[Portal CGN - 21/06/2021](#)

### ESCOLA SUPERIOR

#### Mesc participa de reunião sobre a retomada das aulas presenciais na rede estadual

A defensora pública Francis Coutinho, que coordena o projeto Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar (Mesc) “Paz em Ação”, desenvolvido pela DPMG em parceria da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), participou de reunião sobre a volta parcial das aulas presenciais da rede estadual.

Realizada no dia 17 de junho, a convite da Secretaria de Estado de Educação, por meio da Superintendência de Políticas Pedagógicas, a reunião contou com a participação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais; Ministério Público estadual; Universidade Federal de Minas Gerais;

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), por meio do Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima); e Secretaria Municipal de Educação.

Durante o encontro foram apresentadas orientações pedagógicas para a retomada e discutidas a forma híbrida das aulas e a continuidade da contribuição do Mesc nas ações de formação, com o apoio da Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep MG). O novo curso do Mesc se iniciará em agosto e se prolongará até novembro, para quatro turmas de representantes das 47 Superintendências Regionais de Ensino (SREs).

## ESCOLA SUPERIOR

### **Palestra 'Orgulho LGBTI+: Direitos Humanos, violência e justiça criminal'**

A palestra "Orgulho LGBTI+: Direitos Humanos, violência e justiça criminal", ministrada na quinta-feira (24/6) pelo defensor público e membro da Câmara de Estudos de Igualdade Étnico-Racial, Gênero e Diversidade Sexual da Defensoria Pública de Minas Gerais, Paulo César Azevedo de Almeida, já está disponível no canal da Defensoria de Minas no YouTube (c/defensoriamineira). O evento, que teve o apoio da Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep MG), contou com a participação do coordenador do Grupo de Pesquisa Justiça, Direitos Humanos e Segurança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Judis/UFRGS), doutor Guilherme Gomes.

[Clique aqui para ver a palestra.](#)



### **'Expresso e-Defensoria' aborda os limites da produção de prova digital no Brasil**

Com o tema "Limites e possibilidades da produção de prova digital no Brasil", foi ao ar no dia 25/6, no canal da Defensoria de Minas no YouTube, o 2º episódio da série "Expresso e-Defensoria". A iniciativa tem o objetivo de debater temas do mundo contemporâneo relacionados com a atuação da DPMG sob a ótica das transformações digitais. Apresentado pelo defensor público Roger Vieira Feichas, idealizador da série, o tema foi debatido pela coordenadora do Gabinete de Segurança e Inteligência do Ministério Público de MG, promotora Vanessa Fusco, responsável pela política de cibersegurança, proteção de dados e privacidade do órgão.

[Assista aqui](#)



## ESDEP INFORMA

### **Congresso de Atuação nas Defensorias Públicas vai debater contexto atual de pandemia**

A Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep MG) informa sobre o IV Congresso Brasileiro de Atuação Interdisciplinar nas Defensorias Públicas, que será realizado nos dias 22, 23 e 24 de setembro. Nesse ano o evento, que tem a consolidação do trabalho interdisciplinar nas Defensorias Públicas de todo o Brasil como um dos principais objetivos, terá como tema os desafios e perspectivas para a garantia de direitos fundamentais em contexto de pandemia e na atual conjuntura brasileira.

Com transmissão ao vivo pelo YouTube, o Congresso será de forma 100% remota. As inscrições são gratuitas e estarão disponíveis até a data do evento. Já aqueles que desejam se inscrever para apresentação de trabalho, as vagas já estão abertas e serão finalizadas no dia 11/7. Serão aceitas inscrições de profissionais das Defensorias Públicas e instituições correlatas, pesquisadores e estudantes que desejem discutir a interlocução dos campos do saber do Direito, Serviço Social, Psicologia, Sociologia e áreas afins dentro das Defensorias Públicas.

[Para se inscrever ou saber mais informações sobre o evento, acesse aqui.](#)

### **ENADPU lança 15ª edição da revista da DPU**

A Escola Nacional da Defensoria Pública da União lançou a 15ª edição da "Revista da Defensoria Pública da União". O tema especial dessa edição traz à tona os reflexos da pandemia no acesso à justiça, com texto do autor convidado professor Cleber Francisco Alves. Nas seções permanentes, temas como acesso à justiça, seguridade social, direitos humanos e ciências criminais. Artigos profundos trazem reflexões e questionamentos sobre justiça e direito, além das seções de resenha e de boas práticas, com abordagem atual e de grande importância para a sociedade.

[Para acessar, clique aqui.](#)

### **Prêmio Innovare anuncia novos membros da Comissão Julgadora**

A Comissão Julgadora da 18ª Edição do Prêmio Innovare terá a colaboração de quatro novos jurados. São eles: ministro Humberto Martins, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ); ministro Benedito Gonçalves, do STJ; desembargador Costa Wagner, do Tribunal de Justiça de São Paulo; e a juíza Federal Adriana Cruz, da 5ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro. O anúncio foi feito no dia 21/6 pelo presidente do Conselho Superior do Instituto Innovare, ministro Carlos Ayres Britto, em reunião com os membros da Comissão Julgadora e do Conselho Superior para alinhar os detalhes sobre a fase de avaliação das práticas inscritas na edição.

## ESCOLA SUPERIOR

### Defensoria de Minas lança campanha para incentivo à doação de sangue

A Defensoria Pública de Minas Gerais entra na campanha para doação de sangue ao Hemominas. O objetivo da ação é contribuir para aumentar os estoques que se encontram em níveis críticos devido à pandemia. Para isso, convidamos defensoras e defensores públicos, servidoras e servidores, colaboradoras e colaboradores a participarem.

Para apoio à campanha, serão organizadas caravanas ao Hemominas para a colaboração da DPMG nas doações, respectivamente nos dias 9, 16, 23 e 30 de julho, com saída em van da Sede I às 9 horas. Serão levados, em cada um dos dias, 10 voluntários da Defensoria Pública de Minas Gerais para realizarem as doações.

Aqueles que desejam participar da campanha deverão encaminhar um e-mail à Coordenação de Projetos, Convênios e Parcerias, da DPMG (Cooproc) para agendamento no endereço [projetos@defensoria.mg.def.br](mailto:projetos@defensoria.mg.def.br)

#### Condições para ser um doador

A avaliação para doação de sangue é estabelecida por meio dos critérios básicos determinados pelo Ministério da Saúde e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Em tempos de pandemia é válido ressaltar que aqueles vacinados contra o vírus da gripe poderão fazer a doação após 48 horas, e para aqueles vacinados contra o novo Coronavírus, após 7 dias.

[Mais informações, consulte aqui as restrições](#)

#### Palestra Virtual

Uma palestra virtual sobre a importância do ato vai abrir a campanha. A doação de sangue salva vidas e deve ser um assunto tratado com frequência na sociedade. Com este propósito, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) promove o encontro online com a temática “A importância da doação voluntária de sangue”.

**A palestra será no dia 7 de julho, às 10h**, ministrada pela psicóloga da Equipe de Captação do Hemocentro de Belo Horizonte, Maria Aparecida dos Santos.

A transmissão será via YouTube, no canal da DPMG ([c/defensoriamineira](https://www.youtube.com/c/defensoriamineira)).

DEFENSORAS (ES),  
SERVIDORAS (ES)  
E ESTAGIÁRIAS (OS)  
DA DPMG

LEVEM SEUS GRANDES CORAÇÕES VERDES PARA DOAREM SANGUE NO HEMOMINAS

A ESDEP e o Hemominas organizaram uma palestra sobre doação de sangue e uma caravana de doações.

**Participe da palestra 07/07 .10 horas**  
Maria Aparecida dos Santos é psicóloga da Equipe de Captação do Hemocentro de BH, responsável pelos serviços de Captação Hospitalar, Educação para Doação e Captação de Doação por Aférese. Transmissão: [www.youtube.com/c/defensoriamineira](http://www.youtube.com/c/defensoriamineira)

**Caravana DPMG Hemominas 9, 16, 23 e 30 de julho**  
A DPMG levará 10 voluntários em cada dia ao Hemominas. Saída da Sede I, sempre às 9h. Envie e-mail e agende sua doação: [projetos@defensoria.mg.def.br](mailto:projetos@defensoria.mg.def.br)

Consulte condições e restrições para doação [www.hemominas.mg.gov.br/doacao-e-atendimento-ambulatorial/doacao-de-sangue/condicoes-e-restricoes](http://www.hemominas.mg.gov.br/doacao-e-atendimento-ambulatorial/doacao-de-sangue/condicoes-e-restricoes)

FUNDACÃO HEMOMINAS | CoopProC | ESDEP | DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS



## PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS

### Lei Geral de Proteção de Dados na Defensoria

Está em vigor a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709), cujo objetivo é a proteção de dados relativos a qualquer pessoa física que se encontre no território brasileiro, com impacto em nosso dia a dia.

Para informar e promover a conscientização Na Instituição sobre a LGPD e sua aplicação, estão sendo preparados uma série de *cards* de apresentação e dicas que serão divulgados periodicamente em nossos canais internos. Como estes abaixo:



#### O QUE É ?

É uma legislação específica para a proteção de dados dos cidadãos brasileiros. Ela estabelece diretrizes obrigatórias para os seguintes procedimentos:



#### O QUE SÃO DADOS PESSOAIS ?

De acordo com a lei, dados pessoais são informações relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável. A LGPD estabelece regras para uso destes dados.



O cidadão confia seus dados à Defensoria. Não deixe informações nas mãos de terceiros.



### DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL

#### Prazos dos processos que tramitam no PJe voltam a correr a partir do dia 21 de junho de 2021

A Assessoria de Planejamento e Infraestrutura informou que os prazos dos processos que tramitam no sistema "Processo Judicial Eletrônico – PJe", anteriormente suspensos pelo Aviso Conjunto nº 53/PR/2021, voltaram a correr a partir do dia 21 de junho de 2021. Os prazos vencidos no período de 27 de maio a 18 de junho de 2021 serão restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação. Eventuais falhas pontuais serão analisadas e tratadas individualmente e, se for o caso, contornadas com a emissão da respectiva certidão de indisponibilidade.

*Com informações do TJMG*

#### Escolha e designação de defensores para o Núcleo de Atuação presencial em Brasília

[Deliberação n. 175/2021](#)

[Resolução n.234/2021](#)

#### Escolha e designação de defensores para o Núcleo de Proteção aos Vulneráveis em Situações de Crise

[Deliberação n. 176/2021](#)

[Resolução n.233/2021](#)

#### Alteração nas coordenadorias da Desits Criminal e da Regional Metalúrgica

A defensora pública Cláudia Marcela Nascimento Câmara foi designada para exercer as funções de coordenadora titular da Defensoria Especializada da 2ª Instância e Tribunais Superiores / Criminal. Para a coordenação da Regional Metalúrgica, foi nomeado o defensor público Ellon Agostini Rodrigues dos Santos, coordenador

[Resolução n. 236/2021](#)

[Resolução n. 238/2021](#)

#### Estruturação do Serviço de Atendimento Processual (SAP) na Unidade de Ubá

[Resolução n. 237/2021](#)

### NOTA DE FALECIMENTO

A Defensoria Pública de Minas Gerais comunica, com pesar, o falecimento do **sr. Remulo Vicente Beraldo de Santana, pai da defensora pública Liliane Brant**, em atuação na 15ª Defensoria da Família da Capital; e do **sr. Moisés Ribeiro de Paula, padrasto do defensor público Reinaldo Ferreira de Queiroz**, em atuação na Defensoria Pública em Frutal; ambos, no domingo (20/6). Aos familiares e amigos, nossas condolências e solidariedade.

## PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS

### ESCOLA SUPERIOR

#### Bancos de dados será assunto de palestra virtual promovida pela DPMG

A defensora pública e coordenadora da Defensoria Especializada em Consumidor, Sabrina Ielo, é uma das palestrantes do encontro online que discutirá os diferentes tipos de bancos de dados para acesso ao crédito, promovido pela Defensoria Pública de Minas Gerais e a Escola Superior. A palestra, que acontece no dia 29/06, de 10 horas às 11h30, contará também com a participação da advogada do Departamento Jurídico Interno da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL/BH), Anne Caroline Cunha Costa.

A transmissão do encontro, que será gravado e disponibilizado na Intranet, acontecerá via Microsoft Teams. Não será necessário fazer inscrição para participação.

[Para acessar, clique aqui.](#)

#### DPMG promove palestra sobre as modificações trazidas pela PLC60

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), por meio da Escola Superior (Esdep), promove na quinta-feira (01/07), às 15h, a palestra “Modificações trazidas pela PLC60”.

Voltado para os membros e servidores da DPMG, o evento virtual terá como palestrantes o diretor presidente da Prevcom-MG, Armando Bello, o chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF/MG), Reges Moisés dos Santos, e a servidora da defensoria pública, Carla Carvalho, pós-graduada em Finanças Públicas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG).

A live será transmitida pela plataforma Teams.

[Para ingressar, clique aqui.](#)